



## Correspondência aos Autores

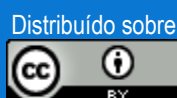
Rodrigo Pivetta Werlang  
E-mail: rodrigo43@hotmail.com  
CV Lattes  
<http://lattes.cnpq.br/7093828951419776>  
Universidade do Oeste de Santa Catarina

Marcio Giusti Trevisol  
E-mail: marcio.trevisol@unoesc.edu.br  
CV Lattes  
<http://lattes.cnpq.br/7729712374385368>  
Universidade do Oeste de Santa Catarina

Submetido: 16 maio 2023  
Aceito: 01 ago. 2023  
Publicado: 13 ago. 2023

[doi> 10.20396/riesup.v11i0.8673476](https://doi.org/10.20396/riesup.v11i0.8673476)  
e-location: e025012  
ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



## Delimitação da área de conhecimento científico da Educação Superior: mapeamento de artigos publicados entre 2019 e 2022

Rodrigo Pivetta Werlang  <https://orcid.org/0000-0003-1580-9569>

Marcio Giusti Trevisol  <https://orcid.org/0000-0001-6127-1750>

### RESUMO

**Introdução/Objetivo:** Este artigo tem por objetivo delimitar o campo do conhecimento científico da área de educação superior nos acervos Capes Periódicos, SciELO e nos anais das reuniões nacionais da ANPEd, entre os anos de 2019 e 2022 com a finalidade de problematizar os temas emergentes tratados pela comunidade científica. A investigação parte da pergunta: quais temas têm pautado as pesquisas na educação superior? **Metodologia:** Trata-se uma pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Os dados coletados foram analisados e organizados a luz da análise de conteúdo. A coleta dos dados foi realizada no portal Capes Periódicos, SciELO e nos anais das reuniões nacionais da ANPEd entre os anos de 2019 e 2022. Para a coleta foi utilizado como descritor educação superior com e sem aspas. Ao todo foram selecionados 136 artigos, organizados nas seguintes categorias: Estado, políticas públicas e institucionais, Democratização da Educação Superior, Internacionalização, Formação docente e profissional, Pedagogia universitária e Avaliação da Educação Superior. **Resultados:** Como resultado percebemos que há vasta produção sobre Democratização da Educação Superior, seguido por debates sobre o Estado, políticas públicas e institucionais, questões relativas à Pedagogia universitária, Internacionalização e Formação docente e profissional. O descritor Avaliação da Educação Superior apresentou a menor quantidade de produções neste recorte temporal de 2019 a 2022. **Conclusão:** Por fim, a investigação apontou para a preocupação da comunidade investigativa com as políticas educacionais para a educação superior adotadas pelo governo brasileiro e os desafios frente as influências do neoliberalismo.

### PALAVRAS-CHAVE

Educação superior. Estado neoliberal. Pesquisa bibliográfica.

## Delimitation of the scientific knowledge area of Higher Education: mapping of articles published between 2019 and 2022

### ABSTRACT

**Introduction/Objective:** This article aims to delimit the field of scientific knowledge in the area of higher education in the Capes Periódicos collections, SciELO and in the annals of the national meetings of ANPEd, between the years 2019 and 2022 in order to problematize the emerging themes addressed by the scientific community. Research Part of the question: what themes have guided research in higher education? **Methodology:** This is research qualitative, exploratory and bibliographic. The collected data were analyzed and organized in the light of content analysis. Data collection was performed on the portal Capes Periódicos, SciELO and in the annals of ANPEd's national meetings between 2019 and 2022. For data collection, the following was used as: Descriptor higher education with and without quotation marks. A total of 136 articles were selected, organized in the following categories: State, public and institutional policies, Democratization of Higher Education, Internationalization, Teacher and professional training, University pedagogy and Education Evaluation Superior. **Results:** As a result we realize that there is a vast production on Democratization of Higher Education, followed by debates on the State, public and institutional policies, issues related to Pedagogy university, Internationalization and Teacher and professional training. The descriptor Evaluation of Education Superior presented the lowest amount of productions in this time frame from 2019 to 2022. **Conclusion:** Finally, the Research pointed to the concern of the investigative community with educational policies for the higher education adopted by the Brazilian government and the challenges facing the influences of neoliberalism.

### KEYWORDS

Higher education. Neoliberal state. Bibliographic research.

## Delimitación del área de conocimiento científico de la Educación Superior: mapeo de artículos publicados entre 2019 y 2022

### RESUMEN

**Introducción/Objetivo:** Este artículo tiene como objetivo delimitar el campo del conocimiento científico en el área de educación superior en las colecciones Capes Periódicos, SciELO y en los anales de los encuentros nacionales de ANPEd, entre los años 2019 y 2022 con el fin de problematizar los temas emergentes abordados por la comunidad científica. La investigación parte de la pregunta: ¿qué temas han guiado la investigación en educación superior? **Metodología:** Se trata de una investigación cualitativa, exploratoria y bibliográfica. Los datos recolectados fueron analizados y organizados a la luz del análisis de contenido. La recolección de datos se realizó en el portal Capes Periódicos, SciELO y en los anales de los encuentros nacionales de ANPEd entre los años 2019 y 2022. Para la recolección de datos, se utilizó el descriptor educación superior con y sin comillas. Se seleccionaron un total de 136 artículos, organizados en las siguientes categorías: Políticas estatales, públicas e institucionales, Democratización de la Educación Superior, Internacionalización, Formación docente y profesional, Pedagogía universitaria y Evaluación de la Educación Superior. **Resultados:** Como resultado nos damos cuenta de que existe una vasta producción sobre Democratización de la Educación Superior, seguida de debates sobre el Estado, políticas públicas e institucionales, temas relacionados con la Pedagogía Universitaria, Internacionalización y Formación Docente y Profesional. El descriptor Evaluación de la Educación Superior presentó la menor cantidad de producciones en este período de tiempo de 2019 a 2022. **Conclusión:** Finalmente, la investigación señaló la preocupación de la comunidad investigadora con las políticas educativas para la educación superior adoptadas por el gobierno brasileño y los desafíos enfrentados por las influencias del neoliberalismo.

### PALABRAS CLAVE

Enseñanza superior. Estado neoliberal. Investigación bibliográfica.

### CRedit

- **Reconhecimentos:** Não aplicável.
- **Financiamento:** Este estudo foi financiado pela CAPES, bolsa PROSUC - processo n. 88887.799747/2022-00.
- **Conflitos de interesse:** Não aplicável.
- **Aprovação ética:** Não aplicável.
- **Disponibilidade de dados e material:** Não aplicável.
- **Contribuições dos autores:** Conceituação, Curadoria de Dados, Análise Formal, Aquisição de Financiamento, Investigação, Metodologia, Supervisão, Validação, Visualização, Redação – rascunho original: Werlang, R.P.; Conceituação, Investigação, Metodologia, Validação, Redação – revisão & edição: Trevisol, M.G.

**Editoras de Seção:** Maria de Lourdes Pinto de Almeida e Charlene Bitencourt Soster Luz

## 1 Introdução

A educação superior se consolidou historicamente como um espaço de disputas, afinal, por excelência este espaço se caracteriza pela produção do conhecimento e, portanto, como matriz de pensamento de projetos nacionais de desenvolvimento. Em síntese, sua riqueza se traduz pelo seu potencial formativo de gerações e pelo capital político, cultural e econômico que é gerado por meio da pesquisa, do ensino e da extensão. Enquanto instituição geradora de projetos nacionais se torna um campo de disputas. Nesse horizonte as transformações econômicas e políticas, sobretudo, a partir dos anos de 1980 com a massificação e absolutização da lógica produtiva neoliberal, as instituições de educação superior foram confrontadas com um dilema complexo: por um lado aderir às exigências do produtivíssimo neoliberal e, por lado, manter seu compromisso com a produção de conhecimento desinteressado e de relevância pública (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017).

Nesse campo de disputa, Vieira Pinto (1994), tem razão ao afirmar que a educação superior é “uma peça do dispositivo geral de domínio pelo qual, a classe dominante exerce controle social, particularmente no terreno ideológico, sobre a totalidade do país” (ibidem, p. 19). Em acordo com a posição Frigotto (2008), alerta para o fato que qualquer análise sobre educação superior deve ser aprendida a partir de sua materialidade histórica. Por isso, Bianchetti e Sguissardi (2017) apontam que no período mais recente há indicação de passos na direção da formação de profissionais, em nível superior mais adequado e adaptável ao paradigma pós-fordista, também conhecido como integração e flexibilidade. No modelo de acumulação flexível, gradualmente, a tutela da educação superior é repassada ou assumida predominantemente por um novo ator, com fortes poderes e grandes influências. Esse novo ator é o mercado que, aos poucos, vai introduzindo na universidade seus interesses e suas ideologias. Cabe destacar, que o mantra do mercado na educação superior é a tradução mais clara de um projeto de sociedade e de classe burguesa.

Neste íterim, as pesquisas sobre educação superior constituem um campo vasto de possibilidades analíticas. Respeitadas suas especificidades, as mesmas problemáticas que permeiam a educação, de modo geral, também são encontradas na educação superior. As transformações da sociedade, o papel do Estado, os debates sobre a função da educação, sobre democratização, internacionalização, currículo, avaliação e acreditação, fortemente impulsionadas por políticas públicas que perneadas por interesse. Neste contexto é germinado o problema de pesquisa que se caracteriza-se pergunta: quais temas têm pautado as pesquisas na educação superior?

O objetivo é delimitar o campo de conhecimento sobre Educação Superior a partir de um levantamento bibliográfico de artigos nos acervos virtuais Capes Periódicos e SciELO, no período de 2019 a 2022 com a finalidade problematizar os temas emergentes tratados pela comunidade científica. Dois acervos, Capes Periódicos e SciELO, foram selecionados por concentram as principais publicações científicas nacionais. De maneira complementar, adicionamos ao *corpus* da análise os artigos publicados nos anais das reuniões nacionais da

ANPEd, devido a sua relevância enquanto um dos maiores eventos de âmbito nacional que reúne, através de Grupos de Trabalho (GTs), pesquisadores reconhecidos nas diversas temáticas do campo da educação.

A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa e objetiva exploratória. Os dados foram organizados e analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2016). Ao todo foram considerados 136 artigos que, após a análise do título, resumo e palavras-chave, foram organizados em seis categorias disciplinares: Estado, políticas públicas e institucionais, Democratização da Educação Superior, Internacionalização, Formação docente e profissional, Pedagogia universitária e Avaliação da educação superior.

O artigo está organizado da seguinte forma: a primeira sessão um debate teórico sobre os principais temas que permeiam a educação superior. A segunda apresenta os caminhos metodológicos, a apresentação dos dados e organização dos recortes disciplinares. Por fim, nas conclusões finais são retomados os recortes encontrados a fim de realizar uma reflexão sobre cada um dos temas.

## 2 A Influência do Neoliberalismo nas Políticas de Educação Superior

Esta primeira parte do texto será destinada ao debate teórico de autores da área com o intuito de apresentar os principais conceitos sobre Estado e neoliberalismo, Democratização da Educação Superior, Formação profissional e docente, Avaliação e regulação da Educação Superior e Internacionalização. A presença e relevância das políticas públicas para a Educação Superior determinaram o caminho pelo qual o debate irá seguir.

Nesta subseção vamos apresentar uma discussão com os autores selecionados para discussão da categoria empírica mostrada pelo agrupamento dos textos que, de certa forma, sobreviveram aos critérios existentes na lista de “descarte” conforme explicamos anteriormente.

Apesar de Bresser-Pereira (2020, p. 55) considerar que o neoliberalismo se encontra em uma “crise terminal”, uma vez que “o liberalismo econômico comprovou sua incapacidade de organizar o capitalismo”, essa tem sido a principal ideologia a influenciar o Estado e as políticas públicas e as relações econômicas e sociais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, como no Brasil a partir da década de 1990. Este é um fato importante, pois contribui para determinar as ações que serão desenvolvidas nos planos econômicos, políticos e sociais que incidem consequências para as transformações e acontecimentos em diversas áreas, dentre elas a educação superior.

Segundo Behring (2008) o neoliberalismo é uma reação ao estado de bem-estar social que defende “mais mercado livre e menos Estado social” (ibidem, p. 58). Segundo essa

premissa, o estado não deve agir sobre a economia, trazendo liberdade econômica, reduzindo benefícios sociais, serviços públicos, afrouxando os direitos trabalhistas em prol da livre negociação entre empregados e empregadores, justa concorrência no mercado, aumento da produtividade, desburocratização, desenvolvimento e inovação tecnológica e protagonismo da iniciativa privada em gerir o bem comum, em contraposição ao Estado que é considerado grande, custoso e ineficiente.

A implantação do modelo neoliberal conta com o auxílio de organismos internacionais que impõem condições/metapas para as políticas públicas dos países com os quais se relaciona através de acordos e de empréstimos financeiros, para que atendam aos seus interesses (capital-imperialistas) acima dos interesses sociais (nacionais e das classes subalternas) (NETO; ALMEIDA, 2017). Para atingir o crescimento econômico lançam mão de algumas estratégias como “o aumento da produção industrial, com novas metodologias que possibilitam a personificação de produtos, o uso de alta tecnologia no processo fabril e o barateamento dos custos, por meio da diminuição de impostos” (NETO; ALMEIDA, 2017, p. 69).

No Brasil, o neoliberalismo ganhou força a partir dos anos 1990 com o Governo Fernando Henrique Cardoso e o início de várias reformas (ou contrarreformas) que buscaram reorganizar e redefinir o papel do Estado (BEHRING, 2008; FREITAS, 2018<sup>1</sup>; NETO; ALMEIDA, 2017; PAULA, 2017). Essas reformas possibilitaram o encurtamento e fragmentação da Educação Superior, “por meio dos cursos de curta duração, cursos seqüenciais, cursos para tecnólogos, cursos de educação a distância, entre outros.” (PAULA, 2017, p. 304).

As reformas neoliberais dos anos 1990, com início no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), desmontaram o setor público “permitindo a proliferação indiscriminada de IES e cursos privados, sem controle de qualidade, apesar das políticas de avaliação da educação superior que se multiplicaram nesse período.” (PAULA, 2017, p. 305). Nesse cenário, o Estado começou considerar a educação como um mercado e a educação superior como mercadoria para ser vendida e descartada de acordo com a demanda de consumo.

Para Almeida Filho (2016), estrutura-se um formato institucional denominado de universidade-cooperativa que apresenta duas variantes: uma que define a educação superior como centro de empresas, e outra, que define a organização institucional a partir de princípios do gerencialismo empresarial. Em ambos os casos, Almeida Filho (2016), considera que a educação superior passa ser organizada e operada como negócio que se guia pela máxima da eficiência e dos resultados mesuráveis. Tais condições passam a nortear o tripé universitário da extensão, ensino e pesquisa pelos referenciais mercadológicos.

---

<sup>1</sup> Bresser-Pereira considerou que o neoliberalismo entrou em colapso com a crise financeira de 2008, o Brexit e a eleição de Donald Trump em 2016. Apesar disso, Freitas (2018) considera que este pode ser apenas o fim da atual fase do neoliberalismo (FREITAS, 2018).

Neste contexto neoliberal a educação superior passa a ser considerada como *commodity* (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017 e ALMEIDA FILHO, 2016), produto valioso e central para a sociedade da acumulação flexível. Como considera Bianchetti e Sguissardi (2017) o termo “commoditycidade” exemplifica o processo pelo qual as instituições de educação superior são transformadas em mercadorias, submetidas ao crivo do mercado. Tal condição implica em elevar as universidades ao status de empresas que passam a ser negociadas e valorizadas na Bolsa de Valores. Em tom de crítica, Bianchetti e Sguissardi (2017) concluem que essa condição contemporânea tem levado a expansão da educação privada especialmente nos centros urbanos mais populosos, onde a presença de clientela ávida por diplomação está garantida.

A combinação de uma expansão lenta da rede pública e o aumento na demanda por vagas da educação superior contribuíram para a multiplicação e diversificação de instituições privadas. Mesmo com o aumento da rede pública federal de educação superior no primeiro mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva esse processo continuou a se intensificar. Segundo Paula (2017, p. 304),

mesmo com os esforços e medidas legais para massificar e democratizar a educação superior a partir do Governo Lula, ainda continuamos na transição de um sistema de elite para um sistema de massa, com forte presença do setor privado em termos de instituições e matrículas nesse nível de ensino.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação (MEC) demonstram que as instituições de ensino superior privadas são maioria das instituições, somando 2.261 IES privadas contra 313 IES públicas (BRASIL, 2021). Essas instituições atendem à demanda por vagas na educação superior e absorvem a maior parte das matrículas nas modalidades presencial e a distância. Os dados apresentados evidenciam o avanço de mercado educacional fomentado principalmente pela ideologia que a iniciativa privada é mais eficaz do que o setor público.

Como ponderam Fávero, Consaltér e Tonieto (2018), esse discurso se apoia na justificativa que o mercado é um mecanismo para oferta de educação mais eficaz, eficiente, ágil e democrática. Para Ball (2001), essa perspectiva mostra o mercado como uma força transformadora, que dissemina os seus próprios valores. Gradativamente o estudante é considerado uma mercadoria e avaliado pelo seu valor de custo-benefício.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, possui estratégias que visam ampliar o oferecimento de vagas na rede federal de ensino. Ao mesmo tempo, a ampliação de vagas está acompanhada de medidas de redução de custos, elevando para 19 a relação de estudantes por professor, estratégias de aproveitamento de créditos (estratégia 12.3), “mecanismos para ocupar as vagas ociosas” (estratégia 12.17) e de uma formação voltada para o mundo do trabalho (BRASIL, 2014).



Este formato atende às expectativas neoliberais, uma vez que

A partir deste momento o trabalhador deve ser capacitado com conteúdos mais técnicos, a fim de operar os maquinários tecnológicos instalados nas empresas, financiados pelos órgãos internacionais. Além de possuir mais conhecimento, este trabalhador ainda terá que ser polivalente, buscando maior produtividade, “vestindo a camisa” da empresa e competindo com seus colegas pela manutenção da sua vaga. (NETO; ALMEIDA, 2017, p. 69).

Em ambos os casos prevalece a concepção de educação-mercadoria, contrapondo-se à educação como bem público. O conceito de educação enquanto formação integral do sujeito e um meio de libertação das condições que lhe são impostas é importante porque confere sentido à defesa da formação que buscamos, da democratização do acesso e garantia da permanência dos estudantes e da sociedade que se construirá a partir disso. Desta forma o sistema busca controlá-la e manipulá-la (NETO; ALMEIDA, 2017).

De acordo com o Censo da Educação Superior (BRASIL, 2021), o número de estudantes matriculados na educação superior está predominantemente na rede privada. No Brasil são 8.986.544 estudantes matriculados em cursos superiores, deste, 6.907,893 estão na rede privada. Além desse dado é preciso considerar que são 323.376 docentes em exercício. Destes 171.840 estão atuando nas instituições públicas de educação e 151.868 atuam na educação superior privada. Os dados apresentam a lógica da privatização e mercantilização da educação superior. Merece destaque, a quantidade de matrículas na rede privada *versus* a quantidade de docentes. Enquanto a rede pública possui 171.840 docentes para 2.078.661 matrículas a rede privada opera com 151.868 para 6.907,893 estudantes matriculados. Os dados apontam para a precarização do trabalho docente em instituições privadas, uma vez, que precisam assumir um número elevado de estudantes, ministrar vários componentes, realizar pesquisa, extensão e conviver com as inseguranças trabalhistas.

O PNE prevê uma meta específica sobre a democratização da educação superior através da ampliação de vagas. A meta 12, consiste em:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Suas estratégias consistem em otimizar a estrutura física das instituições públicas e ampliar o número de vagas através da expansão e interiorização da rede federal, consolidar processos seletivos para o acesso à educação superior (12.16), reestruturar instituições de educação superior estaduais e municipais que ofertam educação gratuita (estratégia 12.18) e investir em tecnologia e inovação de laboratórios multifuncionais (estratégia 12.21). Além disso, há uma preocupação com a permanência e evasão dos estudantes, buscando elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação nas universidades públicas para 90%, oportunizar condições aos estudantes trabalhadores através de aulas ofertadas no período noturno

(estratégia 12.3), atender às populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas (estratégia 12.13).

Com relação a oferta de vagas na educação superior, dados do Censo da Educação Superior (2021) aponta que 827.045 vagas são ofertadas nas IES públicas, sendo 173.649 de vagas remanescentes. As IES privadas ofertam 21.850.441 vagas com 5.533.559 vagas remanescentes. Destaca-se que esses dados não fazem a distinção entre as modalidades presencial e a distância. Quando consideramos apenas a educação à distância nas IES privadas observamos que são ofertadas 16.622.573 sendo que destas 3.747.514 são remanescentes.

Os dados colaboram com o conceito de commodity (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017) uma vez que a oferta não opera pela qualidade, mas pela possibilidade de atingir a maior quantidade de alunos-clientes. Na lógica do mercado, o sentido e missão da universidade são diluídos e obscurecido pela corrida na busca de estudantes, ainda, que as vagas ofertadas não sejam preenchidas. O gráfico exemplifica tal condição por curso.

**Quadro 1.** Taxa de ocupação das vagas ofertadas na Educação Superior

Pública			Privada		
Nome do curso	Número de vagas	Taxa de ocupação	Nome do curso	Número de vagas	Taxa de ocupação
Medicina	11.652	93,4	Medicina	33.530	96,6
Medicina Veterinária	5.549	87,1	Odontologia	69.844	49,3
Odontologia	4.978	86,5	Medicina Veterinária	64.016	45,6
Engenharia mecânica	8.123	81,2	Direito	303.102	44,6
Direito	18.606	80,3	Administração	723.372	32,0
<b>Média pública</b>	<b>646.844</b>	<b>70,1</b>	Pedagogia	677.012	31,4
Pedagogia	39.212	60,0	<b>Média privada</b>	<b>16.237.583</b>	<b>18,2</b>
Administração	30.373	56,9	Engenharia mecânica	141.342	16,2
Física formação de professor	11.816	52,7	Química formação de professor	107.167	2,8
Química formação de professor	13.442	51,7	Física formação de professor	100.194	2,2

Fonte: Censo da Educação Superior (BRASIL, 2021).

A pesquisadora Paula (2017) contextualiza a democratização da educação superior brasileira a partir das políticas de acesso como a lei de cotas e de inclusão, associadas a políticas de assistência estudantil. A autora defende que, para atingir a democratização, "a inclusão e exclusão, acesso/permanência/evasão devem ser vistos em conjunto e não separadamente" (ibidem, p. 302). Também problematiza a entrada de "novos perfis de estudantes em um modelo de universidade que, em grande medida, não se alterou" (ibidem).

Desta forma, o perfil socioeconômico, as desigualdades de aprendizagem e étnico-raciais somados a um modelo de universidade desenvolvido para uma elite intelectual, passa a configurar mais um obstáculo para a permanência dos estudantes incluídos pelas políticas de acesso. Segundo Paula (2017), apesar dos esforços para ampliação das vagas o número de



alunos que permanecem nos cursos superiores é um dos principais desafios para o atingir a democratização, uma vez que o crescente “aumento das vagas e ingressantes, não tem sido acompanhado da permanência dos estudantes no sistema, com taxas de diplomação e de conclusão dos cursos de graduação decrescentes, nos últimos anos” (ibidem).

Os apontamentos são confirmados pelo Censo da Educação Superior (BRASIL, 2021), que apresenta dados alarmantes relativos à permanência/evasão. O Censo aponta para 3.994.897 de ingresso total nos cursos de educação superior, no entanto, apenas 1.327.188 concluem o curso superior. Tal condição reafirma a necessidade do Estado de manter, fortalecer e desenvolver políticas de acesso e permanência. Os estudantes brasileiros majoritariamente estudam a noite em virtude de suas atividades laborais.

Ainda, segundo o mesmo Censo, no ano de 2021, 54,5% dos estudantes estavam matriculados em cursos noturnos e 45,5% estavam matriculados em cursos diurnos. Os dados remetem para o fato que os estudantes brasileiros possuem um perfil de estudante/trabalhador, que em muitos casos, precisa trabalhar para financiar sua formação. Programas de inclusão ou de financiamento por meio de bolsas de estudo e pesquisa são uma oportunidade de democratizar a educação superior e possibilitar a formação qualificada. Porém, precisam ser bem gestadas para não fortalecer grupos privados de educação que usufruem dos programas de governo e das políticas públicas, mas mantém os estudantes no mesmo *status quo*, isto é, alunos trabalhadores que não vivenciam a experiência formativa a partir da extensão e da pesquisa.

A respeito da inclusão, as estratégias da meta 12 de PNE/2014 visam “ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES” (BRASIL, 2014). Os principais objetivos são diminuir a desigualdades de grupos historicamente desfavorecidos como os estudantes de escola pública, afrodescendentes, indígenas e “estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico” (estratégia 12.8). Desta forma busca-se ampliar a participação proporcional desses grupos e assegurar condições de acessibilidade nas IES (estratégias 12.9 e 12.10).

Para Paula (2017), os documentos e pesquisas realizadas no Brasil revelam que as políticas de acesso conseguiram modificar o perfil dos estudantes que ingressam na educação superior. Porém o aumento de vagas decorrente da expansão e massificação do ensino superior foram apenas o passo inicial para minimizar as desigualdades sociais. É preciso superar novos desafios que se colocaram a partir do acesso desses grupos.

A autora utiliza o conceito de inclusão excludente (EZCURRA, 2011 apud PAULA, 2017), traduzida “na dificuldade de acesso e, sobretudo, de permanência dos estudantes das classes populares” (PAULA, p. 305) que são as principais atingidas pelos índices de evasão, principalmente em cursos de alta demanda, que enfrentam dificuldades materiais e acadêmicas, por virem de escolas públicas e baixo capital econômico, social e cultural.

A expressão “inclusão excludente” também é utilizada por Saviani (2021) como uma das faces da “pedagogia da exclusão”, consiste em “incluir estudantes no sistema escola em cursos de diferentes níveis e modalidades sem os padrões de qualidade exigidos para ingresso no mercado de trabalho” (ibidem, p. 442). Contudo, no caso de Paula (2017) esse termo parece ir além da questão da qualidade do ensino e refere-se a uma inclusão que garante o acesso, mas não dá as condições para a permanência e conclusão. A analogia utilizada pela autora é de uma porta giratória, uma inclusão com evasão, contribuindo para manter e ampliar as desigualdades sociais dos grupos incluídos.

Apesar dos avanços importantes, existem cursos de alto prestígio social onde as políticas de cota não conseguiram obter resultados tão significativos no que se refere a cor de pele, renda mensal da família, origem escolar e escolaridade dos pais. (PAULA, 2017). Em cursos como medicina e direito a tendência é encontrar um perfil mais homogêneo de estudantes.

Como vimos, as políticas de acesso garantir a permanência dos alunos são um aspecto fundamental para garantir que se cumpra a democratização da Educação Superior e o combate às desigualdades sociais entre os grupos desfavorecidos. Nesse sentido o PNE (BRASIL, 2014) demonstra estratégias para os estudantes mais pobres, através da expansão do financiamento estudantil como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES e o Programa Universidade para Todos – PROUNI (metas 12.6 e 12.20).

Apesar do número de estudantes que concluíram a graduação terem aumentado até o ano de 2015, esse crescimento não acompanhou o aumento no número de vagas ofertadas. A queda na taxa de diplomações reflete a evasão escolar, que não tem sido devidamente diagnosticada pelas instituições de ensino e órgãos do governo “fazendo com que o discurso sobre a democratização da educação superior torne-se vazio, pois o ciclo da democratização não se completa” (PAULA, 2017, p. 302).

Pesquisas desenvolvidas sobre a temática apontam como motivos para a evasão: “o papel do professor universitário e a percepção de não pertencimento dos estudantes em relação ao ambiente universitário” (BARGAGI; HUTZ, 2012 apud PAULA, 2017), o “formato seletivo do Sistema de Seleção Unificado (SiSU), que, dadas as suas características, tenderia a potencializar incertezas na continuidade dos estudos” (SILVA; VELOSO, 2013 apud PAULA, 2017), a falta de acolhimento das instituições de ensino superior, e as dificuldades econômicas e de acompanhar os conteúdos devido a uma formação anterior insuficiente (NERES et al., 2010 apud PAULA, 2017), e a dificuldade de conciliar estudos e trabalhos no caso de estudantes-trabalhadores (PAULA; VARGAS, 2013 apud PAULA, 2017). Ainda não existem muitas políticas ou iniciativas no sentido de tentar superar esses problemas que levam à evasão.

Outra estratégia presente no PNE trata da formação profissional na educação superior. As transformações propostas pelo PNE (BRASIL, 2014) podem ser percebidas nas estratégias

12.7 que assegura “10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”; 12.8, que amplia a oferta de estágio “como parte da formação” e 12.11 que se preocupa com a relação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, “considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País”. O plano ainda destaca a contribuição da matemática e das ciências para o desenvolvimento do País (estratégia 12.4 e 12.14).

A educação pode ser caracterizada como “uma ação de construção de conhecimento, costumes e hábitos”, “um processo de desenvolvimento dos sujeitos que pressupõe prática e reflexão” (NETO; ALMEIDA, 2017, p. 66). Também pode ser utilizada como “um instrumento de marginalização da sociedade” (ibidem), quando seu processo é manipulado e contribui para gerar desigualdades sociais.

Neto e Almeida (2017) ressaltam a importância de estudar as políticas públicas desde o início da década de 1990, pois estas são os modelos que influenciaram nas diretrizes em cursos, culminando com a introdução do neoliberalismo que ocorreu nessa época no Brasil. Estas políticas possuem orientações determinadas pelo Estado que agravam as desigualdades sociais e a precarização da qualidade da educação oferecida, em prol do atendimento às demandas do mercado.

O Estado abre mão de sua responsabilidade em educar e a transmite para o próprio sujeito, que precisa especializar-se para ter condições para concorrer às vagas de emprego disponíveis. Dessa forma criam-se condições desiguais de empregabilidade para aqueles que não tem possibilidade de se especializar, agravando assim as desigualdades sociais e as taxas de desemprego ou subemprego. Revelando a outra face da pedagogia da exclusão (Saviani, 2021) que é a exclusão includente. O trabalhador estará excluído do mercado de trabalho formal e incluído através de trabalho informal ou sendo empreendedor de si.

Nesta tendência a qual podemos chamar neotecnicismo, o aluno deve “aprender a aprender”, os conteúdos e competências visam formar um sujeito com altas capacidades para adaptar-se às transformações sociais, tecnológicas e do mundo do trabalho. Atrela-se a ideia de que “quanto mais estudo, maior será o salário, promovendo crescimento econômico e diminuição da pobreza” (NETO; ALMEIDA, 2017, p. 76), responsabilizando o sujeito por sua formação e pelo sucesso (ou fracasso) econômico e eximindo o Estado de sua responsabilidade, servindo apenas como um “regulador do sistema, implantando e avaliando ações norteadas pelo mercado, a fim de manter o controle e diminuir suas despesas” (ibidem).

Freitas (2018) e Paula (2017) alertam sobre a precarização do trabalho docente. Com o aumento de vagas na Educação Superior, a relação do número de alunos para cada professor se amplia (no caso do PNE 2014, sobe para 18) tornando uma relação mais técnica e menos pessoal. Essa lógica somada ao surgimento de instituições de educação superior, especialmente as privadas especializadas em Educação a Distância, dispõe de professores

mais qualificados, porém ganhando menos, trabalhando mais e atendendo a um número maior de alunos (lógica empresarial).

Outro mecanismo que contribui para a implementação da lógica neoliberal está associado às formas de avaliação da educação. A avaliação da educação superior está associada aos mecanismos de regulação e supervisão, conforme podemos observar no PNE, determina através da meta 12 a seguinte estratégia:

12.19) reestruturar com ênfase na melhoria de prazos e qualidade da decisão, no prazo de 2 (dois) anos, os procedimentos adotados na área de avaliação, regulação e supervisão, em relação aos processos de autorização de cursos e instituições, de reconhecimento ou renovação de reconhecimento de cursos superiores e de credenciamento ou recredenciamento de instituições, no âmbito do sistema federal de ensino (BRASIL, 2014).

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) é o principal responsável por avaliar a Educação Superior em âmbito nacional, desde a implementação dos cursos, projetos pedagógicos, avaliações periódicas dos cursos e instituições. O SINAES verifica o atendimento às normas legais e o desempenho “conforme as expectativas dos órgãos internacionais” (NETO; ALMEIDA, 2017, p. 77). Todas as instituições de educação superior estão sujeitas a avaliação, que busca atender aos padrões internacionais de qualidade, “priorizando o discurso de eficiência por meio de índices quantitativos, importantes para o mercado internacional” (ibidem).

Esses índices quantitativos contribuem para a formação de *rankings* acadêmicos. Esse ranqueamento, “resultado da avaliação de larga escala, é utilizado posteriormente como diferencial de mercado em uma competição que faz crescer a desigualdade social” (NETO; ALMEIDA, 2017, p. 77). Assim, instituições, professores, estudantes são envolvidos nesta competição que, compatível com a lógica neoliberal, devora a Educação Superior assim como a disputa das vagas no mercado de trabalho. Prevalece a teoria do capital humano<sup>2</sup>, que busca a racionalidade, eficiência e produtividade, mesmo que resulte no aumento da burocratização. Segundo Freitas (2018), esse é um modelo que se assemelha ao empresarial, condicionando as instituições públicas a comportarem-se como empresas e aproximando-as de um processo de privatização.

No PNE também está prevista uma meta que contempla o processo de internacionalização da Educação Superior incentivando a mobilidade estudantil e docente, seja na graduação ou pós-graduação, nacional ou internacional, visando “o enriquecimento da formação de nível superior” (BRASIL, 2014 – estratégia 12.12). Esta ação oportuniza diversos benefícios para a educação e ciência (e também para os estudantes, professores e instituições), mas também não escapa à lógica neoliberal.

---

<sup>2</sup> Formulada por Theodore Schultz, defende “máximo resultado com o mínimo de dispêndio” e “não duplicação de meios para fins idênticos” (SAVIANI, 2021, p. 365).

Nos debates relativos à internacionalização existe uma variedade de termos e significados quanto ao seu entendimento (FILHO, 2020). Podemos entendê-la enquanto: 1) uma atividade “incluída a presença do alunado internacional currículo e intercâmbio professor/alunado” (ibidem, p. 14), 2) desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e valores que visam a competição no mercado global, 3) a criação de uma cultura internacional, e 4) processo de integração “internacional e intercultural no ensino, na pesquisa e nos serviços, por meio de uma combinação de atividades, políticas e procedimentos” (ibidem).

Segundo Filho (2020) existem várias justificativas buscar a internacionalização da educação superior, podendo ser: 1) política – “relacionada a política externa, a segurança nacional, a cooperação para o desenvolvimento, a paz e o entendimento mútuo, a identidade nacional e regional” (ibidem, p. 19); 2) econômica – “para aprimorar e manter vantagem competitiva na economia globalizada” (ibidem); 3) sociocultural – “desenvolvimento social e comunitário, o entendimento intercultural e o vínculo com a identidade cultural” (ibidem); e, 4) acadêmica – “promoção da dimensão internacional da pesquisa, do ensino e da extensão, o desenvolvimento da instituição, a reputação e o status internacional, a melhoria da qualidade e os padrões acadêmicos internacionais” (ibidem).

A pesquisadora Knight (2012) apresenta cinco argumentos em favor da internacionalização. O primeiro é sobre a inter-relação entre as práticas regionais, nacionais e internacionais. O segundo argumento refere-se à necessidade de elaborar um único modelo comum para a internacionalização entre as instituições de ensino superior. O terceiro ressalta a necessidade de estar atento aos impactos da internacionalização, haja vista que nem todos são positivos. O quarto argumento sustenta que a internacionalização não possui um fim em si mesmo, mas sua efetivação se dá a partir do ensino, da pesquisa e da extensão. No quinto argumento a autora defende que a internacionalização é uma forma de consolidar a globalização solidária de conhecimento em uma relação de complementariedade, porém é preciso ter claros os objetivos do processo de internacionalização para não correr o risco de gerar o seu oposto – forma de controle político e de manutenção do poderio científico em torno de poucos países ou de cooperações financeiras.

No entanto De Wit (2011) adverte que a internacionalização da forma como está sendo posta tem assumido uma perspectiva instrumental. Segundo o autor, tem nove meios que, se não forem bem estruturados, podem levar a internacionalização a uma mera instrumentalização. Dentre esses meios destacam-se: educação no idioma inglês, estudar ou viver fora do país, tratar temas internacionais, possuir um grande número de alunos internacionais, ter poucos alunos internacionais e interculturais, quanto mais associações, mais internacionalizado, e a internacionalização pensada apenas como fim e não como meio de consolidação da extensão, da pesquisa e do ensino. Os pontos evidenciados pelo autor são uma radiografia que serve como parâmetro para separar as ações positivas da internacionalização das ações negativas, que apenas instituem ações aparentemente de internacionalização para cumprir com os desígnios das políticas educacionais.

Para Altbach e Knight (2007) a internacionalização é fundamental para a consolidação do tripé universitário da pesquisa, ensino e extensão. Essa posição é defendida por Morosini (2017, p. 280): “é nesse cenário que a internacionalização da educação superior se constrói como conceito-chave neste século, deslocando-se de uma posição periférica a uma posição central e imbricada a uma noção positiva de qualidade.” No final do século XX e início do século XXI, além da pesquisa, como pontua Morosini (2017), a internacionalização tem como ponto principal o ensino e, dessa maneira, amplia seu aspecto às instituições de educação de forma geral. O alargamento da amplitude da internacionalização trouxe consigo um problema de fundo: a internacionalização da educação superior atende aos objetivos de uma concepção de universidade como bem públicos ou estimula a ampliação da universidade como serviço? E, ainda, de acordo com Morosini (2017, p. 290), “constitui-se em um grande negócio ou busca a integração solidária e o desenvolvimento mundial sustentável?”

Em termos de internacionalização, de acordo com os dados do Censo da Educação Superior (2021), o Brasil conta com 17.947 estudantes estrangeiros de 172 nacionalidades diferentes matriculados nos cursos de graduação. Contudo, isso representa apenas 0,2% do total de matrículas. Desse total, 52% são da América, 23,5% da África, 12,5% da Europa, 11,7% da Ásia e 0,4% da Oceania. O Brasil recebe muitos alunos de países africanos de língua portuguesa e da América Latina, sobretudo, da América do Sul. Fora das Américas e da África, o país com maior número de estudantes é o Japão. Segundo o Censo da Educação Superior (2021), Angola é o país com maior número de estudantes matriculados com 1.429 estudantes matriculados em curso de graduação. Na tabela abaixo são apresentadas as maiores instituições com estrangeiros matriculados.

**Quadro 2.** As 20 maiores instituições de Educação Superior, em números de matrículas de estudantes estrangeiros, em cursos de graduação

Instituição de Educação Superior	Categoria Administrativa	Organização Acadêmica	Número de Matrículas
Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira	Federal	Universidade	1.398
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Federal	Universidade	1.368
Universidade Paulista	Privada	Universidade	863
Universidade Estácio de Sá	Privada	Universidade	696
Universidade Nove de Julho	Privada	Universidade	448
Universidade de Santa Catarina	Federal	Universidade	344
Universidade de São Paulo	Estadual	Universidade	342
Centro Universitário Leonardo da Vinci	Privada	Centro Universitário	337
Universidade Cruzeiro do Sul	Privada	Universidade	277
Universidade estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	Estadual	Universidade	275

Fonte: Censo da Educação Superior (BRASIL, 2021)

Os dados apresentados evidenciam aquilo que Pinto e Larrechea (2018) apontaram como dualidade entre Sul e Norte. Com a globalização novas estratégias de internacionalização assimétricas de educação superior são formuladas pelos países com maior desenvolvimento dos seus sistemas de ensino superior e de educação a distância, como é o caso da Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, Estados Unidos e Canadá, e pelos sistemas científicos e tecnológicos que atraem jovens estudantes de países em desenvolvimento (Sul),



sobretudo, para Inglaterra e Estados Unidos. Para Lima e Maranhão (2009, p. 586), “no contexto do capitalismo cognitivo o conhecimento ganha centralidade por ser reconhecida como a principal força produtiva, a hegemonia exercida pelos países que dispõem de sistema educativo consolidado parece não causar estranheza.” Dentro dessa lógica, países com esse potencial passam a usufruir de forma privada do conhecimento e passam a diminuir a autonomia de universidades e países emergentes. Essa faceta da internacionalização amplia as desigualdades entre países e regiões. Lima e Maranhão (2009, p. 570) descrevem algumas consequências desse modelo de capitalismo do conhecimento.

A internacionalização é operacionalizada através da adoção de estratégias, sejam elas programáticas ou organizacionais (KNIGHT, 204 apud FILHO, 2020). As estratégias programáticas envolvem pesquisas e colaboração científica, atividades nacionais e internacionais, e atividades extracurriculares. As estratégias organizacionais envolvem a governança, operações, serviços e recursos humanos (FILHO, 2020).

Por tratar-se de um processo em crescimento acelerado a internacionalização sofre constantes (re)conceitualizações “para abranger dimensões inexploradas, pouco valorizadas ou pouco claras dessa nova função da universidade contemporânea” (FILHO, 2020, p. 29). A forma que assume mais frequentemente é por meio da mobilidade acadêmica seja de estudantes ou docentes, bastante explorada através de políticas que buscam tornar a internacionalização mais acessível para todos os estudantes, baseando-se nos benefícios econômicos, na troca de conhecimentos, habilidades, valores que, através de intercâmbios interculturais coloquem os estudantes no mercado de trabalho global.

Os países desenvolvidos enxergam na internacionalização uma maneira de proporcionar aos países em desenvolvimento serviços educacionais, explorando-os como forma de valorizar suas descobertas científicas e inovações tecnológicas. Dessa forma cria-se uma nova competição em um mercado global.

A lógica neoliberal que busca atender as determinações do mercado de trabalho, utilizando-se da teoria do capital humano que busca a racionalidade dos recursos, a eficiência e a eficácias dos resultados está presente nas políticas públicas elaboradas, seguindo as orientações dos organismos internacionais que podem ser percebidas a partir do PNE que desenha o contorno das políticas públicas implementadas durante uma década. Nas próximas seções deste texto buscaremos perceber como esse mecanismo é percebido nos artigos publicados nos últimos quatro anos.

### 3 Caminhos da Pesquisa

Este artigo é oriundo de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e de objetivo exploratório. A pesquisa bibliográfica é uma etapa fundamental da pesquisa científica e, conforme Amaral (2007), consiste “no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento”

(p. 1) de publicações sobre um determinado tema, contribuindo para fazer um levantamento histórico ou atualizar-se sobre o tema, encontrar respostas e contradições, além de evitar a repetição de pesquisas já realizadas.

Para Flick (2009, p. 8), “a pesquisa qualitativa não é apenas ‘a pesquisa não quantitativa’, tendo desenvolvido uma identidade própria (ou, talvez, várias identidades)”. A pesquisa qualitativa busca abordar o mundo “lá fora” (e não em contextos especializados de pesquisa, como laboratórios) e entender e descrever os fenômenos sociais “de dentro”. Dessa forma, é possível pontuar três condições que caracterizam as pesquisas qualitativas: analisar experiências de indivíduos ou grupo; examinar interações e comunicações que estão sendo desenvolvidas; e investigar documentos das mais variadas ordens. De acordo com Flick (2009, p. 9), “essas abordagens têm em comum o fato de buscarem esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou que lhe está acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão crítica”.

Já as pesquisas exploratórias, de acordo com Gil (2010), têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema de investigação, com vistas a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses que incluem levantamento bibliográfico ou entrevistas.

Como análise dos dados utilizamos a análise de conteúdo. Para Bardin (2016), após a coleta do material, são dadas as unidades compatíveis de categorizações, tratamento para a definição de qual modalidade de codificação para os registros. A análise de conteúdo de Bardin (2016) possui três etapas. Na primeira etapa é realizado a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos. A segunda etapa é caracterizada pela codificação. É neste momento que o pesquisador busca definir qual código ou características serão utilizadas para a organização do material em categorias. Como definem Lüdke e André (2012), o pesquisador pode usar números, letras ou outras formas de anotação que permitam unir os componentes similares.

A terceira etapa é a categorização. Segundo Bardin (2016, p. 148), “classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um dos textos tem em comum com o outro. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum entre eles”. Assim, a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto de elementos que podem ser analisados e verificados.

A primeira etapa dessa pesquisa ocorreu com a coleta de dados que foi realizada no mês de novembro de 2022, proporcionando considerar grande parte das produções publicadas desde o ano de 2019 até a referida data. Foram consultadas as bases de dados: SciELO e CAPES Periódicos, utilizando os descritores “educação superior” e educação superior (com e sem aspas). Devido ao alto número de resultados obtidos<sup>3</sup> e para obter resultados mais precisos sobre as pesquisas relevantes com esse tema lançadas durante o período, lançou-se

---

<sup>3</sup> SciELO 2.633 resultados e CAPES Periódicos: 3.185 resultados.

mão dos seguintes filtros: coleção: Brasil, idioma: português, área temática: ciências humanas e artigos revisados por pares.

No caso da SciELO e CAPES Periódicos foram selecionados periódicos que aceitassem publicações sobre a educação de forma mais ampla, excluindo os periódicos com temáticas direcionadas para as áreas da medicina, psicologia, sociologia, filosofia, entre outras. A seleção foi feita por meio da consulta ao portal de cada um dos periódicos e leitura de suas normas de publicação, garantindo a previsibilidade de temáticas diversas sobre educação. Os periódicos da SciELO selecionados foram: Educação e Pesquisa, Educação em Revista, Cadernos de Pesquisa, Educar em Revista, Educação & Sociedade, Pró-posições, Revista Brasileira de Educação, Educação & Realidade, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Interações, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.

Os periódicos selecionados na plataforma da CAPES foram: Caderno de Pesquisa, Eccos, Educação e Pesquisa, Educação Temática Digital. Conforme observado, alguns dos periódicos são comuns entre as duas bases, assim, foram encontrados 15 trabalhos duplicados. Esses artigos estão quantificados foram analisadas uma única vez na contagem geral dos trabalhos encontrados. A plataforma apresentou também trabalhos repetidos em seus resultados, ou seja, resultados que apontavam para o mesmo artigo, mesmo título e mesmos autores, totalizando 6 artigos. Foram encontrados ainda 4 trabalhos que não possuíam as características de um artigo (palavras-chave e resumo). Nesses casos os artigos foram subtraídos do total de trabalhos.

Para reforçar o panorama geral das pesquisas realizadas em educação superior, outra base de dados foi considerada devido a sua importância em âmbito nacional, trata-se das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd). Realizadas bianualmente, estas reuniões organizam-se em 24 Grupos de Trabalhos (GT) que concentram debates e apresentações de pesquisas realizadas sobre as diversas temáticas da educação, concentrando pesquisadores de uma mesma área. Devido a vastidão de trabalhos publicados, posters, resenhas e minicursos, considerou-se o GT 11, que trata de Políticas de Educação Superior, a área mais aproximada que permitiria acompanhar as publicações realizadas sobre educação superior. Uma vez que as reuniões são bimestrais foram considerados os trabalhos publicados nos anais da 39ª e 40ª Reunião Nacional da ANPEd, realizados em 2019 e 2021 respectivamente.

No GT 11 dos anais da ANPEd, foram encontrados no total 56 trabalhos publicados. Analisando cada um dos materiais observou-se que alguns tratavam-se de pôsteres, resenhas, minicursos ou textos que não compunham as características de um artigo (resumo e palavras-chave), totalizando 18 trabalhos que foram descartados da contagem geral dos trabalhos. As informações descritas podem ser observadas no quadro a seguir:

**Quadro 3.** Número de trabalhos encontrados na coleta de dados

BASE	Quantidade	Excluídos	Total
SciELO	56	-	<b>56</b>
CAPES Periódicos	67	25	<b>42</b>
ANPEd – GT11	56	18	<b>38</b>
<b>Geral</b>	<b>179</b>	<b>43</b>	<b>136</b>

Fonte: os autores.

Conforme apresentado no quadro acima, o total de trabalhos encontrados na soma das bases consultadas foi 179. Após o descarte dos trabalhos mencionados anteriormente: resenha, textos sem resumos e palavras-chave, minicursos e pôsteres (encontrados principalmente nos anais da ANPEd), além de artigos duplicados na base da CAPES e artigos repetidos nos resultados da SciELO e CAPES periódicos (totalizando 43 trabalhos) chegamos a um total de 136 artigos a serem analisados.

A segunda etapa desta pesquisa deu-se através da leitura do título, resumo e palavras-chaves de cada um dos artigos encontrados. Esta leitura proporcionou considerar os objetos, objetivos e subtemas de cada um dos trabalhos selecionados, com a finalidade de agrupá-los em recortes disciplinares. Assim, cada artigo recebeu um código de identificação<sup>4</sup>.

Na terceira etapa as unidades temáticas foram reunidas em categorias e uma nova tabela foi criada, organizando cada um dos trabalhos, conforme apresentado abaixo:

**Quadro 4.** Recortes disciplinares.

Recorte disciplinar	SciELO	CAPES	ANPEd	Total
Estado, políticas públicas e institucionais	11	3	10	24
Democratização da Educação Superior	20	14	18	52
Internacionalização	6	6	4	16
Formação docente e profissional	11	2	3	16
Pedagogia universitária	5	11	1	17
Avaliação da Educação Superior	3	6	2	11
<b>Total</b>				<b>136</b>

Fonte: os autores.

A primeira categoria com recorte disciplinar de Estado, políticas públicas e institucionais encontramos artigos que abordam políticas de esferas públicas (federal e estadual), políticas internas de instituições de ensino (universidades e institutos federais), debates sobre a mercantilização da educação superior e lógica neoliberal e, por fim, a influência dos organismos internacionais sobre as políticas de educação superior de modo geral.

**Quadro 5.** Artigos relacionados a categoria Estado, políticas públicas e institucionais.

Código	Título	Autor(es)	Ano
NL&OI1	Educação e Ciência após 2018: neoliberalismo extremo e guerra cultural	Leher	2021
NL&OI2	Organismos internacionais e a agenda global para a educação	Abreu	2021
NL&OI3	O público e o privado na educação superior: uma contribuição para a revisão de conceitos	Fioreze; Bortolin	2020
NL&OI4	Ensino superior na ótica dos organismos internacionais	Maués	2019

<sup>4</sup> Conforme apresentado a partir do Quadro 5.

NL&OI5	Organismos internacionais e educação superior: proposições da agenda E2030	Morosini; Mentges	2020
M&P1	Um momento de transição paradigmática: reflexões acerca do “futuro” da universidade no contemporâneo...	Rezer	2019
M&P2	O reordenamento do ensino superior privado-mercantil brasileiro: um caso, o Grupo UNIESP (2005 à 2015)	Pereira	2021
M&P3	Efeitos da educação terciária na política educacional brasileira	Figueiredo	2021
M&P4	Capitalismo acadêmico, Edtech e a universidade reformada	Paula	2021
M&P5	A educação superior no Brasil e o chamado “capitalismo acadêmico de plataforma” algumas considerações	Balieiro; Azevedo	2021
M&P6	A gestão das IES privadas sem fins lucrativos diante dos tensionamentos da mercantilização da educação superior e o caso das universidades comunitárias regionais: a caminho do hibridismo?	Fioreze	2020
M&P7	A influência de atores privados no fortalecimento da privatização da educação superior brasileira	Santos; Chaves	2020
M&P8	A virtualização do Ensino Superior: reflexões sobre políticas públicas e Educação Híbrida	Santinello; Costa; Santos	2020
M&P9	Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira	Silva Jr.; Fargoni	2020
M&P10	Divisão internacional do conhecimento e o declínio das ciências humanas: o cenário das instituições privadas de educação superior na Região Nordeste do Brasil	Paula; Costa; Lima	2019
M&P11	A financeirização da educação privada nas páginas de revista: discursos publicitários sobre a universidade brasileira	Mocarzel	2019
PP1	Políticas de educação superior e novas formas de regulação	Oliveira	2021
PP2	Cursos superior de tecnologia no Brasil: a materialidade da formação enxuta e flexível de nível superior	Costa	2021
PP3	Aspectos da implantação do curso superior de tecnologia na FAETERJ Imbariê	Figueiredo; Coutinho; Veiga	2021
PP4	O custo do aluno das 2.537 instituições de educação superior brasileira: cai um mito?	Bielschowsky; Amaral	2022
PP5	O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): articulações com a nova gestão pública	Rothen; Ramos; Borges; Silveira; Fernandes	2022
PP6	Bolsa produtividade do CNPq na área de Educação: uma análise com foco na Educação Básica	Castioni; Melo; Afonso	2020
PP7	O financiamento das universidades estaduais brasileiras: o custo aluno, as assimetrias institucionais e as desigualdades regionais	Carvalho; Amaral	2021
PP8	Fontes complementares de financiamento em instituições públicas não federais de ensino superior (IPES): análise sobre a gestão de convênios federais em uma universidade multicampi	Conceição; Oliveira	2021

Fonte: os autores.

Os trabalhos sobre neoliberalismo e organismos internacionais (NL&OI - 5 artigos) abordam: o avanço do neoliberalismo extremo após 2018 e uma revisão de conceitos sobre bem público x bem privado (2); e as orientações dos organismos internacionais para a educação superior e a agenda E2030 (3).

Há também artigos que tratam especificamente sobre a mercantilização e privatização da educação superior (M&P - 11 artigos), tendo como premissa o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - Future-se e as mudanças que se espera no “futuro” das universidades (2); capitalismo acadêmico: regulação, gerencialismo e mercantilização da educação superior com a entrada de novas tecnologias de ensino à distância (EdTechs, plataformas virtuais, virtualização e educação híbrida) (8); e a diminuição

de uma formação voltada para as ciências humanas a partir da lógica da preparação para o mercado de trabalho (1).

Acerca das políticas públicas (PP - 8 artigos), encontramos pesquisas que tratam: da implementação de cursos superiores em tecnologia (2); financiamento da educação superior e custo do aluno nas universidades públicas e privadas (4); política de concessão de bolsas de pós-graduação e seu reflexo na educação básica (1); e mudanças nas políticas de educação superior pós-impeachment até o governo Bolsonaro (1).

Na segunda categoria com recorte disciplinar agrupamos pesquisas que abordam questões de Democratização da Educação Superior. Consideramos como questões de democratização aquelas relativas às condições de acesso e expansão da educação superior, possibilidades de permanência, combate à evasão. São consideradas associadas a essa temática discussões pertinentes às ações afirmativas como a política de cotas<sup>5</sup>, inclusão, questões raciais, socioeconômicas e de gênero.

**Quadro 6.** Artigos relacionados a categoria Democratização da Educação Superior.

Código	Título	Autor(es)	Ano
AES1	Os Mestrados profissionais e as novas arquiteturas acadêmicas no contexto de expansão da pós-graduação <i>strictu sensu</i> brasileira	Camargo; Costa; Mauler	2019
AES2	O caso da Universidade Federal do Pampa: um relato sobre o preconceito da educação superior no interior do RS e seus desafios de implantação	Gentil	2019
AES3	Programa Universidade para Todos: mudanças no perfil dos beneficiários e a expansão da modalidade EAD (2005 – 2020)	Wargas; Altmann	2021
AES4	PROUNI e FIES: ferramentas estatais para massificação do acesso e financeirização do ensino superior a partir dos anos 2000	Scudeler; Pires	2021
AES5	Licenciaturas em questão na expansão do ensino superior no Brasil	Boanafin	2021
AES6	Inclusão de pessoas com deficiência na educação superior brasileira: avanços e limites	Masera; Mneghel	2021
AES7	Crédito educativo e financeirização da educação superior: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	Nascimento; Barbalho	2021
AES8	Características do processo de criação de licenciaturas em novos campi do Instituto Federal de São Paulo	Lima; Barreyro	2021
AES9	A política de cotas e as modificações no perfil socioeconômico e cultural do estudante da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	Oliveira	2021
AES10	Análise do Programa Universidade para Todos (Prouni) entre 2006 e 2019: um olhar sobre expansão e financiamento da educação superior privada	Carvalho; Campos	2021
AES11	Alunas egressas de engenharia mecânica: uma abordagem exploratória	Carvalho; Freitas	2022
AES12	Da comunidade à universidade: os desafios dos discentes indígenas no curso de Direito na Universidade Federal de Roraima	Moura; Matos	2022
AES13	Políticas públicas para a educação superior: o caso do Cariri Cearense	Silva	2022
AES14	O acesso do estudante com deficiência visual à educação superior: análise dos microdados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	Leria; Benitez; Ferreira; Fraga	2022
AES15	Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior	Lima	2020
AES16	Comissões de heteroidentificação racial para acesso em universidades federais	Batista; Figueiredo	2020
AES17	Origem escolar e acesso à educação superior: análise da ocupação de vagas de ações afirmativas na UFRGS	Caregnato; Santos; Felin	2020
AES18	Projeto 500: desafios da inclusão de estudantes negros numa universidade	Oliven	2020

<sup>5</sup> Vale ressaltar que não se tratam de políticas em si, mas de pesquisas que podem partir de uma política e seus resultados.



	pública de pesquisa nos Estados Unidos, 1968-2018		
AES19	Relação com o saber: um estudo com universitários ingressantes em uma instituição privada	Vieira	2020
AES20	Estudante de primeira geração (P-Ger) na educação superior brasileira	Felicetti; Morosini; Cabrera	2019
AES21	Ingressar no ensino superior depois dos 23 anos: oportunidades e motivações	Mangas; Lopes; Ferreira; Beato	2019
AES22	O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?	Senkevics; Mello	2019
AES23	Estudantes de primeira geração (P-Ger) na educação superior brasileira: analisando os dados da PNS – 2013	Morosini; Felicetti	2019
AES24	A reprodução educacional renovada: dualidade intrainstitucional no programa Universidade Aberta do Brasil	Pimenta; Rosso; Sousa	2019
AES25	Os caminhos da expansão da educação superior no Brasil e em Portugal: convergências e divergências	Cabrito; Castro	2021
AES26	As marcas de cor/raça no ensino médio e seus efeitos na educação superior brasileira	Unbehaum	2021
AES27	As ações afirmativas e o acesso dos quilombolas à educação superior	Braz; Silva; Ribeiro	2021
AES28	Desafios da inclusão no processo contemporâneo de expansão da educação superior brasileira: democratização do acesso?	Cruz	2019
AES29	Panorama das instituições de educação superior brasileira para alunos público-alvo da educação especial antes da Lei de Reserva de Vagas	Rocha; Lacerda; Lizzi	2022
AES30	Aspirações pelo ensino superior público e a Lei das Cotas	Karruz; Mello	2021
AES31	Territorialização nacional da Educação do Campo: marcos históricos no Sudeste paraense	Medeiros; Moreno; Batista	2020
AES32	Expansão e regionalização do ensino superior em Portugal nas últimas décadas: um percurso contraditório	Cerdeira; Cabrito; Mucharreira	2021
AES33	Viés de gênero na escolha profissional no Brasil	Pessoa; Vaz; Botassio	2021
PE1	A licenciatura em educação do campo da UFES e os desafios da permanência campesina no ensino superior	Duarte; Amaral	2019
PE2	Atendimento de estudantes incluídos pela lei de cotas na região sul: uma abordagem a partir dos documentos institucionais	Wittkowski; Meneghel	2019
PE3	Trabalhadores-estudantes: um desafio não explicitamente enfrentado por instituições de ensino superior	Galleão	2021
PE4	O perfil socioeconômico dos estudantes evadidos na educação superior tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS)	Garcia; Maciel; Lima	2021
PE5	(Im)permanências acadêmicas: fatores interferentes na vida acadêmica de estudantes de pedagogia em tempos de pandemia	Ferreira; Cordeiro	2021
PE6	Assistência estudantil: direito à permanência democrática nas universidades federais?	Castro; Castro	2021
PE7	A universidade pública e a assistência estudantil: o risco de colapso por insuficiência orçamentária do estado brasileiro	Costa; Hora; Lelis	2021
PE8	A evasão na educação superior: definições e trajetórias	Barbosa e Silva; Coimbra; Costa	2021
PE9	A volta aos estudos dos alunos evadidos do ensino superior brasileiro	Marques	2020
PE10	O Retrato da Exclusão nas universidades brasileiras: os limites da inclusão	Cabral; Orlando; Meletti	2020
PE11	Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária	Costa; Pieczkowski	2020
PE12	Terminalidade específica para estudantes com deficiência na educação superior: práticas (a serem) implementadas?	Silva; Pavão	2019
PE13	Apoio pedagógico como proposta de educação para todos?	Donida; Santana	2019
PE14	A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no	Maciel; Cunha	2019

	Brasil	Jr.; Lima	
PE15	A evasão na educação superior: definições e trajetórias	Coimbra; Barbosa e Silva; Costa	2021
PE16	Trabalhadores com educação superior e as transformações no mundo do trabalho	Zuccarelli	2021
PE17	Política de permanência e êxito na educação superior: perspectivas docentes sobre a reprovação escolar	Gontijo; Fortunato; Yamanaka	2019
PE18	A gestão da evasão nas políticas educacionais brasileiras: da graduação à pós-graduação <i>strictu sensu</i>	Santos Jr.; Magalhães; Real	2020
PE19	Percurso universitário de alunas/os com deficiência em instituição de ensino privada	Ziliotto; Burchert; Carvalho	2021

Fonte: os autores.

O acesso à educação superior está associado a alguns fatores, dentre eles o aumento na oferta de vagas possibilitado pela expansão da educação superior. Nesse sentido, em nosso primeiro agrupamento (AES - 33 artigos) encontramos pesquisas que investigam a importância da lei das cotas e da reserva de vagas para a educação superior (5), a origem escolar dos estudantes (2) políticas de financiamento como o FIES e ProUni (4); inclusão de pessoas com deficiência (2), identidade de gênero (3), questões raciais (5); a presença de alunos de primeira geração e os desafios da educação de adultos (que demoram alguns anos para ingressar na Educação Superior após concluir o Ensino Médio<sup>6</sup>) (3). Os artigos também abordam a expansão de universidades federais e estaduais no Brasil e em Portugal nas últimas décadas (5), a criação de cursos de licenciatura (2), a expansão do ensino à distância (1) e o surgimento dos mestrados profissionais para a expansão da pós-graduação (1).

Sobre a permanência e evasão (PE - 19 artigos) na educação superior os artigos abordam: reflexões sobre as causas da evasão e maneiras de geri-las (3), o papel e importância do apoio pedagógico para os alunos (4), o preparo das IES para a inclusão de pessoas com deficiência (4) e os desafios de permanência de trabalhadores-estudantes e estudantes do campo (3); o perfil socioeconômico dos estudantes (1); motivos que levam a evasão (algumas pesquisas consideram a pandemia do SARS-CoV-2) (3), bem como o retorno dos alunos evadidos para a Educação Superior (1).

Na terceira categoria com recorte disciplinar, dividimos a Internacionalização da Educação Superior em três subtemas: um relativo ao debate de processos de internacionalização, outro referente à cooperação acadêmica e mobilidade estudantil e o último relativo à integração regional e mundialização da educação superior.

<sup>6</sup> A referida pesquisa considera a idade a partir dos 23 anos. O PNE 2014 tem como meta elevar as matrículas na Educação Superior de estudantes com idade entre 18 e 24 anos. (BRASIL, 2014).

**Quadro 7.** Artigos relacionados a categoria Internacionalização da Educação Superior.

<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>
PI1	Relação centro x periferia: a universidade em debate	Mazzetti; Rubin-Oliveira; Pezarico; Wielewicki	2019
PI2	Internacionalização na educação superior: pressupostos, significados e impactos	Fior; Dias Jr.	2020
PI3	Internacionalização da educação superior e avaliação da qualidade da pós-graduação: riscos e perspectivas no Brasil e no Reino Unido	Azevedo; Oliveira	2019
PI4	A internacionalização dos programas de pós-graduação em educação na região norte do Brasil: política, estratégias e ações	Maués; Andrade	2020
PI5	Política de internacionalização da UFES: a busca pela excelência acadêmica	Wassem; Ferreira	2020
CMA1	A Internacionalização da Educação Superior e Interculturalidade: o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) na Universidade do Estado da Bahia	Souza; Silva	2019
CMA2	Tensões presentes nos “achados” de uma pesquisa sobre redes de cooperação em matéria de qualidade da educação superior na América Latina	Santos; Esteves	2019
CMA3	Mobilidade estudantil de universitários oriundos do ensino médio público: experiências com o programa Ciência sem Fronteiras	Weller; Reis	2022
CMA4	A educação superior no contexto da cooperação acadêmica internacional	Westphal; Gisi	2019
CMA5	Desenvolvimento da internacionalização da educação superior no Brasil: da mobilidade acadêmica internacional à institucionalização do processo na universidade	Knobel; Lima; Leal; Prolo	2020
CMA6	Estudantes universitários brasileiros na Espanha: motivações e fatores de decisão	Kingeski; Nadal	2022
IRM1	Luta pela democratização do ensino superior: as políticas públicas educacionais UNILAB e PET sob a ótica de estudantes da Guiné-Bissau na UFMT	Rodrigues	2019
IRM2	Do Processo de Bolonha ao Projeto <i>Alfa Tuning</i> América Latina	Oliveira	2019
IRM3	Potencialidades do sistema Arcu-sul para a construção do modelo regional de reconhecimento de títulos	Souza; Real	2020
IRM4	Universidade de Classe Mundial no contexto latino-americano e caribenho: o que dizem os organismos internacionais	Thiengo; Almeida; Bianchetti	2019
IRM5	UNILA: a universidade como vetor de integração regional	Prolo; Lima; Moniz	2019

Fonte: os autores.

Os debates relativos à revisão de literatura sobre processos de internacionalização (PI - 5 artigos): apresentam as modalidades de internacionalização, revendo e apresentando conceitos através de pesquisa bibliográfica (1); busca da internacionalização pelas Instituições de Educação Superior (3); e a relação centro x periferia percebida pela região da América Latina (1).

A cooperação acadêmica e mobilidade estudantil (CMA - 6 artigos) são alguns dos modos de internacionalização da Educação Superior apresentados, os trabalhos nesse subtema abordam: os programas e convênios de mobilidade acadêmica (Programa Ciência Sem Fronteiras e Programa de Estudante-Convênio de Graduação - PEC-G) (3); qualidade da educação na mobilidade estudantil em nível de pós-graduação (1); cooperação acadêmica internacional (1); e fatores de decisão dos estudantes quanto a escolha da instituição em que irá realizar a mobilidade acadêmica (1).

Sobre a integração regional e mundialização (IRM - 5 artigos) as pesquisas abordam: o reconhecimento de títulos de medicina na América Latina através do sistema Arcu-Sul (1); a criação da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) (1); e a proposta de criação de um espaço de integração da América Latina e Caribe (3).

Na quarta categoria com recorte disciplinar agrupamos pesquisas que envolvem a Formação docente e profissional na Educação Superior. Sobre a formação docente (FD - 9 artigos), o debate se relaciona com questões curriculares (3), espaços formativos (2), formação docente na modalidade à distância (1), relação entre políticas educacionais e a procura por formação docente em Libras (1) e a práxis docente na escola e universidade (2). As questões relativas à formação profissional (FP - 7 artigos) envolvem: a educação interprofissional e integrada (5), desenvolvimento de competências interculturais (1) e a formação para a lógica do mercado de trabalho (1).

**Quadro 8.** Artigos relacionados a categoria Formação docente e profissional.

<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>
FD1	A práxis como categoria estruturante do projeto de transformação na forma da escola do campo	Molina; Pereira	2019
FD2	Educação superior e formação docente: ainda discutimos a dicotomia da formação para os conhecimentos específicos ou para os conhecimentos pedagógicos-didáticos?	Canan	2019
FD3	Análise das dimensões social e acadêmica de uma brinquedoteca em uma instituição de ensino superior	Diogo	2022
FD4	Desdobramentos da política de educação superior para formação do docente de libras	Kumada; Prieto	2019
FD5	Docência no ensino superior: interpelando os sentidos e desafios dos espaços institucionais de formação	Sordi	2019
FD6	A formação docente na universidade e a resignificação do senso comum	Cunha	2019
FD7	Cursinho popular por estudantes da universidade: práticas político-pedagógicas e formação docente	Gropo; Oliveira; Oliveira	2019
FD8	Educação em direitos humanos no currículo das licenciaturas de instituições federais de educação superior	Silva; Caputo; Veras	2021
FD9	A oferta da formação de professores em educação física na modalidade de educação a distância no Brasil	Silva; Gawryszewski	2019
FP1	A lógica de mercado e o mundo do trabalho na formação de engenheiros	Moreira; Andrade	2019
FP2	Educação interprofissional em saúde: aprendizados de uma experiência inovadora de integração entre pessoas, currículos e profissões	Souza; Ely; Toassi	2022
FP3	Educação interprofissional e integralidade do cuidado: uma leitura filosófica contemporânea dos conceitos	Viana; Hostins	2022
FP4	A sociologia na Educação Superior: sentidos produzidos nas narrativas de estudantes de odontologia da Universidade Estadual de Maringá	Furlin	2020
FP5	Competências interculturais: interlocuções conceituais e uma proposta de releitura para a educação superior	Clemente; Morosini	2020
FP6	Os cursos de graduação podem compensar a falta de capital cultural e background de estudantes?	Bertolin; Amaral; Almeida	2019
FP7	Os desafios da formação profissional em educação física para a área da saúde > uma interpretação a partir de periódicos da área	Oliveira; Gomes	2019

Fonte: os autores.

A quinta categoria com recorte disciplinar trata da Pedagogia universitária as pesquisas investigam a formação docente para atuar na Educação Superior (FDE - 2 artigos): necessidade de formação para a atividade docente (1) e durante a atividade docente (1);

aspectos didático-metodológicos (ADM - 12 artigos): estratégias de ensino aprendizagem (4), uso de tecnologias digitais (4), interdisciplinaridade (1), avaliação na educação superior (2) e relacionamento professor-aluno (1); e questões relativas ao trabalho docente (TD - 3 artigos): trabalho docente e precarização do trabalho (2), docência na educação superior militar (1).

**Quadro 9.** Artigos relacionados a categoria Pedagogia universitária.

Código	Título	Autor(es)	Ano
FDE1	Educação superior em tempos de crise há espaço nas políticas de educação para a discussão do professor universitário?	Canan; Santos	2019
FDE2	Formação pedagógica de professores e avaliação da aprendizagem na universidade: contribuições da pesquisa-ação	Fontana	2020
ADM1	Habilidades sociais educativas de professores universitários: proposta de um quadro conceitual	Santos	2022
ADM2	A produção científica sobre interdisciplinaridade: uma revisão integrativa	Santos; Coelho; Fernandes	2020
ADM3	O ativo das metodologias ativas: contribuições da teoria histórico-cultural para os processos de ensinar e aprender na educação superior	Alves; Teo	2020
ADM4	Avaliação na educação superior: limites e possibilidades de uma experiência	Pereira; Bonelli; Zimmer; Ebert	2020
ADM5	Novos desafios para uma geopolítica do conhecimento. O caso do espaço europeu de educação superior (EEES) e a metodologia de aprendizagem-serviço como recurso	Villarino	2020
ADM6	O desempenho em tecnologias digitais para aprendizagem: um estudo com universitários	Nascimento; Salviato-Silva; Dell'Agli	2019
ADM7	A didática em um novo tempo: a pandemia e estratégias de ensino-aprendizagem na educação superior	Maieski; Casagrande; Alonso	2022
ADM8	Comportamento do estresse psicobiológico durante semanas de prova e trabalho de conclusão de curso em estudantes universitário: existe diferença entre gêneros?	Castellani; Rosolem; Zuzzi; Ornelas; Batista; Meneghel; Murer; Braz	2022
ADM9	Os desafios do uso da tecnologia digital na educação em tempos de pandemia	Pereira	2022
ADM10	As tecnologias digitais nos percursos de sucesso acadêmico de estudantes não tradicionais do Ensino Superior	Leita	2020
ADM11	<i>Blended learning</i> : uma análise do conceito, cenário atual e tendências de pesquisa em teses e dissertações brasileiras	Veiga; Roza	2019
ADM12	A ação pedagógica e a autoeficácia docente no ensino superior	Leonardo; Murgo; Sena	2019
TD1	Particularidades da precarização do trabalho docente no sistema semipresencial: o contexto de uma instituição de ensino superior privada-mercantil	Aparecido; Martins	2021
TD2	Trabalho docente no ensino superior: análise da produção científica publicada no Brasil (2010-2019)	Gemelli; Closs	2022
TD3	Inserção na docência da Academia Militar das Agulhas Negras: a perspectiva dos professores	Almeida; Ambrosetti	2019

Fonte: os autores.

Na sexta categoria com recorte disciplinar encontramos pesquisas sobre a Avaliação da Educação Superior. Este recorte se constitui em dois eixos: um relativo à avaliação como forma de regulação da Educação Superior e outro que aborda a qualidade na formação oferecida nos cursos EaD.

**Quadro 10.** Artigos relacionados a categoria Avaliação da Educação Superior.

<b>Código</b>	<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>
AV1	SINAES no contexto de um estado avaliador: algumas reflexões	Arantes	2021
AV2	<i>Rankings</i> acadêmicos como mecanismos de responsabilização pública: evidências das universidades estaduais paulistas	Elias; Barreyro	2021
AV3	Os <i>rankings</i> acadêmicos: implicações na governança universitária das universidades católicas brasileiras	Wandercil; Calderón; Ganga-Contreras	2022
AV4	A influência dos organismos internacionais na avaliação da educação superior brasileira	Macedo; Araújo	2022
AV5	A lógica do mercado e suas implicações nas políticas e processos de avaliação da educação superior	Fávero; Consálter; Tonieto	2020
AV6	Qualidade da educação superior no Brasil: desempenho das universidades católicas à luz dos <i>rankings</i> acadêmicos, índices e tabelas classificatórias estatais e do setor privado	Wandercil; Calderón; Ganga-Contreras	2019
AV7	Avaliação, regulação e qualidade na educação superior: os desafios da gestão acadêmica	Haas; Aparício	2019
AV8	Considerações acerca ad regulação e supervisão do ensino superior no Brasil	Oliveira; Zorzi; Piovesan	2020
AV9	Avaliação de cursos do ensino superior no Brasil: o SINAES na sua relação com a qualidade	Cavalcanti; Guerra; Gomes	2021
EDP1	Existe diferença de qualidade entre as modalidades presencial e a distância?	Bertolin	2021
EDP2	Qualidade e educação a distância: do referencial teórico à sua proposição	Lima; Alonso	2019

Fonte: os autores.

A avaliação como forma de regulação da Educação Superior (AV - 9 artigos) encontramos artigos que debatem os mecanismos de avaliação, regulação e de “garantidor” da qualidade no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (4); a também os que debatem a função dos *rankings* acadêmicos (3); a orientação dos organismos internacionais e a lógica de mercado na avaliação da Educação Superior (2). Ainda sobre a qualidade, algumas pesquisas se preocuparam em debater a qualidade da educação entre os modelos de ensino presencial e EaD (EDP - 2 artigos).

Diante da diversidade de temas e assuntos encontrados, podemos concluir que a Educação Superior é um vasto campo que se relaciona com diversas áreas de pesquisa. Dentro da Educação Superior podemos encontrar pesquisas sobre Estado e políticas, sobre a organização das Instituições de Ensino Superior, discussões sobre o acesso, expansão, permanência, evasão, política de cotas, inclusão de pessoas com deficiência, relação de gênero, questões de raça e classe social, processos de internacionalização, avaliação, regulação, relação com o mercado de trabalho, formação questões curriculares, didática do ensino superior e atuação profissional docente no ensino superior. Em muitas ocasiões esses temas se entrelaçam e se sobrepõem, demonstrando a vastidão da dimensão e complexidade do tema frente aos desafios e elementos que compõem a Educação Superior.



## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse exercício analítico pudemos investigar as tendências das pesquisas em Educação Superior, no período de 2019 até 2022. A Educação Superior demonstrou-se um campo vasto para as pesquisas, respeitando sua especificidade, engloba temáticas tão abrangentes quanto as da própria educação geral.

Um dos pontos fundamentais que salta aos olhos consiste na identificação que as questões políticas permeiam todos os recortes disciplinares da Educação Superior que foram destacados. Sejam nas políticas públicas e institucionais ou nas políticas de democratização, políticas curriculares, de formação docente e profissional, de internacionalização, de avaliação e regulamentação. Mesmo quando a pesquisa não aborda diretamente uma política específica, ela aparece de forma indireta como pano de fundo para o assunto que se está discutindo (e retorna para ela). A política é uma questão que permeia todos os assuntos da Educação Superior.

Deve-se considerar o fato de que o GT 11 da ANPEd aborda necessariamente esse tema: Políticas de Educação Superior. Embora seus 38 trabalhos considerados estejam distribuídos nos diversos recortes temáticos, 10 artigos tratam exclusivamente da política, compondo o recorte de Estado, políticas públicas e institucionais. Os outros 14 artigos são de origem das bases SciELO e CAPES, o que demonstra que essa temática também está presente nas demais bases de pesquisa.

Ainda na questão política, destacam-se as transformações ocorridas nos últimos anos, relativas ao período pós-impeachment de 2016 até o governo Bolsonaro e também a pandemia provocada pelo coronavírus e suas implicações para as políticas implementadas. São questões pontuais e que aparecem em algumas pesquisas e que, provavelmente, ainda terão desdobramentos uma vez que muitas pesquisas ainda podem estar em curso.

Outro assunto que se destaca, é a influência do neoliberalismo, da lógica do capital e do mercado, que se relaciona diretamente com as políticas. Diversos artigos buscam estabelecer a relação entre a lógica neoliberal, a orientação dos organismos multilaterais e as políticas que são desenvolvidas, especialmente nos países da América Latina, e especificamente do Brasil. O neoliberalismo também influencia na organização das instituições de ensino superior, nos modos de acesso, na organização dos cursos, nos modos e meios formativos, na internacionalização e na avaliação da Educação Superior, transformando a Educação Superior através do hibridismo, buscando reduzir custos, ampliando a virtualização e o ensino à distância.

Vale a pena ressaltar que todas estas são questões presentes nos artigos, que obrigam as Instituições de Educação Superior a se adequarem, enxugarem as matrizes curriculares dos cursos na oferta de uma formação universal, sacrificando áreas do conhecimento

(principalmente das ciências humanas) na formação dos estudantes e reduzindo a relação professor-aluno e aluno-aluno através da adoção de plataformas de ensino à distância.

As pesquisas encontradas corroboram a informação de que a democratização da Educação Superior já deu passos significativos para a mudança do perfil socioeconômico dos estudantes que ingressam na Educação Superior. Contudo, é preciso que o aumento das vagas seja acompanhado de políticas que garantam uma inclusão real, e condições de permanência e de uma educação com qualidade. Questões de gênero, transexualidade, étnico-raciais e de inclusão são debates que acompanham as transformações da sociedade a um bom tempo e precisam ser consideradas, são debates constantes que vão se aprimorando e se desenvolvendo ao longo dos anos com o surgimento de novos desafios e possibilidades de superação e adaptação. Algumas pesquisas nessa área fazem uma intersecção entre gênero, raça, etnia e sexualidade tornando o debate sobre democratização ainda mais complexo e abrangente.

Outro ponto que chamou a atenção dos artigos levantados foram as pesquisas que buscam retratar as diferenças no acesso entre diferentes gerações (geração P), assim como a presença de estudantes adultos (trabalhadores) que buscam a educação profissional depois do período previsto pelo PNE (que seria até os 24 anos, embora a pesquisa considere acima dos 23 anos). Se por um lado o primeiro representa uma novidade em relação a bibliografia consultada, o segundo demonstra que as IES ainda precisam avançar para incluir os estudantes-trabalhadores.

Embora a implementação de cursos de licenciatura e análise dos currículos de formação docente e profissional específicos provavelmente são alvos de produção constante nas pesquisas, estas também se relacionam a metas pretendidas por políticas públicas a partir no PNE e suas alterações decorrente de políticas normativas, e da própria estruturação das Instituições de Ensino Superior que dizem respeito às próprias transformações do tempo histórico, orientações de organismos internacionais, descobertas científicas e transformações tecnológicas.

Pesquisas relativas ao exercício da docência são frequentes nas pesquisas em educação básica, principalmente relativas à escola, mas segundo as pesquisas encontradas, o debate ainda é escasso quando se trata da Educação Superior. Debates sobre a formação do professor universitário, diferentes concepções sobre educação, abordagens metodológicas, formas de avaliar revelam o papel das IES em ofertar formação pedagógica para seus docentes. O uso didático-pedagógico de tecnologias se relaciona com a formação profissional em nível superior, com a inovação e o desenvolvimento científico e com cuja finalidade é formar mão de obra com alta capacidade de adaptação frente às transformações tecnológicas para o mercado de trabalho.

A Internacionalização que possui o intuito de promover o desenvolvimento acadêmico e a colaboração entre países, também está relacionado a uma formação ampla e de qualidade que insere os estudantes, professores e instituições em uma lógica de mercado global, tendo

como principal modalidade investigada pelos artigos a mobilidade acadêmica. Outra preocupação das pesquisas busca discutir o conceito de internacionalização que vem sofrendo alterações e modificações ao longo dos anos, sendo uma das áreas mais emergentes da Educação Superior.

A Avaliação da Educação Superior é um dos recortes com menos pesquisa quando comparado aos outros. Os artigos encontrados concentram-se principalmente no SINAES e suas implicações para as IES frente a um Estado que utiliza a avaliação e os *rankings* acadêmicos como forma de regulamentar a Educação Superior. As IES bem colocadas nesses *rankings* por outro lado utilizam-se deles como marketing a fim de atrair estudantes e financiamento para si. Por outro lado, o baixo desempenho de algumas IES pode ser utilizado para culpabilizar a própria IES ou ao Estado de sua incapacidade de gerir a educação, e consequentemente a economia. Diferentes destas, outras pesquisas sobre avaliação na educação superior preocupam-se com o debate sobre a qualidade da educação entre os modelos presencial e EaD.

Desta forma podemos inferir que as políticas sociais existentes na Educação Superior não suprem a demanda, tão pouco conseguem atender às necessidades acadêmica, simbólica e existencial dos estudantes. Associada a sensação de não pertencimento a um ambiente universitário que ainda é bastante elitista, contribuem para que a evasão escolar dissipe parte dos efeitos das políticas de acesso que permitiriam a democratização efetiva da Educação Superior para todas as classes sociais brasileiras. Ainda assim, é possível perceber que essas já contribuíram para mudar o perfil dos estudantes de curso superior, mesmo que estejam mais presentes em determinados cursos. Não podemos deixar de dizer que quem esteve à frente do comando do Estado Brasileiro no recorte temporal escolhido foi Jair Bolsonaro. Um governo neoliberal, detentor de uma política de direita, conservadora e com cortes imensuráveis nas verbas destinadas a Educação Superior Pública com esfacelamento total das políticas sociais criadas pelos governos Lula e Dilma. A partir do ano de 2023, com o terceiro mandato do Governo Lula da Silva, espera-se que o foco seja o de resgatar os incentivos e políticas referentes a estas questões debatidas neste texto, além de reverter todo o retrocesso nas/das políticas referentes à Educação Básica e especificamente, ao Ensino Médio.

## Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. Vikings. **Revista Lusófono de Educação**, v.31, n. 32. Portugal, 2016, p. 11-30. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7117130/mod\\_resource/content/1/Contexto%20Mercantilizado%20do%20ES%20-%20NAF%202016.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7117130/mod_resource/content/1/Contexto%20Mercantilizado%20do%20ES%20-%20NAF%202016.pdf). Acesso em: 20 abr. 23.

ALTBACH, Philip; DE WIT, Hans. Internationalization and global tension: lessons from history. **Journal of Studies in International Education**, v. 19, n. 1, p. 4-10, 2015.

- AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2007. Disponível em: <http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- BALL, Stephen J. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n. 2, p. 10-32, jul./dez, 2006.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edição 70, 2016.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commodity**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado de letras, 2017.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm) Acesso em: 30 jan. 2023.
- BRASIL. Censo da Educação Superior 2021. **MEC/INEP**. Brasília, 04 novembro de 2022. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf). Acesso em: 15 abr. 2023.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A democracia não está morrendo: foi o neoliberalismo que fracassou. **Lua Nova**, n. 111. São Paulo, 2020, p. 51-79. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/45GnrmPcGCmymJXNrcr4Z7K/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 05 abr. 2023.
- DE WIT, Hans. Globalization and Internationalisation of higher education. **Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento**, v. 8, n. 2, p. 241-248, 2011.
- FÁVERO, Altair Alberto; CONSÁLTER, Evandro; TONIETO, Carina. A lógica do mercado como critério de qualidade na avaliação da educação superior. In: TAUCHEN, Gionara; FÁVERO, Altair Alberto. **Avaliação do ensino superior**: perspectivas de ensino e de aprendizagem. Curitiba: CRV, 2018.
- FILHO, José Camilo dos Santos. Internacionalização da Educação Superior: redefinições, justificativas e estratégias. **Sér-Estud.**, v. 25, n. 53. Campo Grande, 2020, p. 11-36. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20435/serie-estudos.v0i0.1383> Acesso em: 19 fev. 2023.
- FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: Nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capital**. São Paulo: Marins Fonte, 2008.
- KNIGHT, Jane. Student mobility and internationalization: trends and tribulations. **Research in comparative and international education**, Oxford, n. 7, v. 1, 2012.
- LÜCKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U, 2012.
- MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização do ensino superior. **Educação**, v. 40, n. 3, p. 288-292, set/dez. 2017.
- NETO, Walter Strobel; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de **Políticas de educação superior e formação de professores: (de) lineamentos de uma construção coletiva para o curso de pedagogia**. Campinas: Mercado de Letras, 2017.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação**, v. 22, n. 2. Sorocaba, 2017, p. 301-315. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/aval/a/KYs6H9L5YpppTCZHpHGd8SK/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em: 30 jan. 2023.
- SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 6ª ed. rev. e amp. Campinas: Autores associados, 2021.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **A questão da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.